

# OS DESAFIOS POLÍTICOS DAS MUDANÇAS CULTURAIS SOB A DEMOCRACIA

Norbert Lechner

*Tradução do espanhol: Alexandre Morales*

## RESUMO

Tendo por referência o caso do Chile, o autor examina os efeitos das mudanças culturais associadas ao processo de individualização e imediatismo na "sociedade de mercado". Tais mudanças teriam solapado as representações que conferiam inteligibilidade à realidade social e os imaginários coletivos que davam sentido à convivência. O enfraquecimento das identidades coletivas terá provocado sentimentos de insegurança e impotência, bem como uma generalizada desafeição nacional, inclusive quanto ao valor da democracia. Caberia assim uma recomposição da perspectiva coletiva na dimensão cultural da política, a fim de suscitar maior adesão social e dotar a atualidade — com sua ineludível ancoragem no passado — de um horizonte de futuro. *Palavras-chave: mudança cultural; sociedade de consumo; identidade coletiva; Chile.*

## SUMMARY

Taking as reference the Chilean case, the author examines the effects of cultural changes linked to individualization and immediateness process in the "market society". Such changes might have undermined the representations that kept social reality intelligible and the collective imaginaries that gave meaning to sociability. The weakening of collective identities has produced feelings of insecurity and powerlessness as well as a generalized national disaffection, even in regard to the value of democracy. Thus, it is required a reconstruction of the collective perspective in the cultural dimension of politics in order to promote a larger social adhesion and give to the present — with its undeniable roots in the past — a future horizon.

*Keywords: cultural change; consume society; collectiv identity; Chile.*

*Nascido na Alemanha, Norbert Lechner tomou a decisão incomum de ficar no Chile quando os militares encerraram pela força a experiência reformista da Unidade Popular, derrubando o governo de Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. Sob a ditadura, desempenhou um papel inestimável no movimento de idéias que contrapôs uma perspectiva democrática ao autoritarismo triunfante na América Latina. Seus livros *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado* (1984) e *Los patios interiores de la democracia* (1988) contribuíram para definir novos temas e novos ângulos de visão da questão da democracia no continente.*

*Lechner não apenas produziu idéias, mas construiu instituições. Em toda a América Latina, manter centros de pesquisa independentes dos governos e conectados entre si foi crucial para a sobrevivência da vida*

*intelectual sob o autoritarismo. Lechner fez as duas coisas. Foi pesquisador e, entre 1988 e 1994, diretor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso)— Sede Chile, que reuniu um grupo destacado de intelectuais de oposição, entre os quais Angel Flisfich, José Joaquín Brunner, Augusto Varas, Patricio Rojas e Teresa Valdez. Na direção do grupo de trabalho "Teoría del Estado y de la política", do Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), criou uma rede de pesquisadores da região e definiu uma inovadora agenda de temas para discussão. Daí surgiram três livros por ele editados: Qué significa hacer política? (1982), focalizado em novos atores e formas de atuação que germinavam na oposição ao autoritarismo; Qué es realismo en política? (1987), que abordava o tema sob a ótica dos desafios enfrentados pelas oposições democráticas; e Capitalismo, democracia y reformas (1991), acerca das agendas, limites e possibilidades do reformismo democrático. Estabeleceu vínculos fortes com muitas instituições da região. Foi pesquisador-visitante do Cebrap em 1986, por três meses, e professor-visitante da Flacso-México entre 1994 e 1997.*

*Lechner inclinava-se para a teoria política, em especial na sua vertente normativa. Mas as perguntas que se fazia, em alto plano de abstração, sempre guardavam estreita relação com os desafios da política prática. Depois da democratização, voltou-se para a questão da cultura política democrática. Como diretor do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU no Chile, entre 1998 e 2004, coordenou várias pesquisas sobre atitudes e valores dos chilenos após as reformas orientadas para o mercado, iniciadas pelos militares e levadas adiante pelos governos democráticos. As análises que resultaram dessas pesquisas abriram novas perspectivas para os estudos de cultura política. O texto a seguir, escrito em 2002, é representativo das indagações de Lechner sobre as bases subjetivas da adesão das pessoas ao regime democrático.*

*Norbert Lechner morreu em Santiago do Chile em 18 de fevereiro último, aos 64 anos. Os que não o conheceram têm muito a ganhar com a leitura de seus escritos, plenos de inquietação intelectual, liberdade de espírito e compromisso político. Seus amigos dos tempos difíceis ganharam muito mais. Além do estímulo à inteligência que seu convívio sempre proporcionava, conheceram sua inesgotável capacidade de ser discretamente solidário. (Maria Hermínia Tavares de Almeida)*

Se por cultura entendemos os "modos de viver juntos" — no dizer da Unesco —, é evidente que estamos vivendo uma rápida e profunda mudança cultural. Estão mudando tanto os modos de viver juntos como as representações e imagens que fazemos de tal convivência social. Pois bem: que desafios sobrevêm dessas mudanças para a política? A presente reflexão se refere ao Chile, um caso interessante porque mostra um bem-sucedido desenvolvimento econômico e social e uma sólida estabilidade política. Começarei por identificar algumas mudanças nas experiências cotidianas e nos imaginários coletivos, para em seguida expor alguns sinais de desenrai-

zamento afetivo e de erosão dos imaginários de um "Nós". Por fim, delinearei alguns desafios que sobrevivem de tais processos para a política.

## **As mudanças culturais**

### *Uma globalização interiorizada*

A globalização não se reduz aos processos econômicos e tecnológicos: inclui uma dimensão cultural. Isso não implica porém uma "cultura global" uniforme, por mais que a profusão mundial de certos produtos e marcas faça pensar em uma homogeneização que nivela as particularidades nacionais. Na verdade, cada sociedade processa, combina e rearticula os elementos que circulam em âmbito mundial de um modo específico. Essa apropriação e "nacionalização" dos processos globais afeta não só os laços e hábitos sociais, mas também os esquemas mentais que nos eram familiares. Há uma redefinição dos limites espaciais (interno/externo) e uma compressão dos horizontes temporais (antes/depois). Por certo, a sociedade nacional permanece sendo o universo habitual da vida cotidiana, mas torna-se mais difícil concebê-la. Onde termina o país e onde começa o mundo? Tendem a se turvar as linhas de inclusão e exclusão que configuram os limites de uma ordem social. Temos países, mas a "sociedade" deixou de ser um fato evidente.

### *Um acelerado processo de individualização*

Uma das mudanças mais importantes verificadas na América Latina — considerando a sua tradição comunitária — é a crescente individualização. O indivíduo se despega dos vínculos e hábitos tradicionais que o cercavam e protegiam. Essa "saída para o mundo" faz parte de um processo de emancipação que permite ao indivíduo ampliar seu horizonte de experiências, incrementar sua capacidade de participar da vida social e desenvolver suas opções de auto-realização. A expansão da liberdade individual é amplamente notória, em especial entre os jovens. Contudo, nem todos logram desfrutar das oportunidades. Considerando que não há indivíduo à margem da sociedade, a individualização depende das opções e recursos que a sociedade oferece em determinada época histórica — por exemplo, escolarização e domínio das ferramentas de informação e conhecimento. À medida que nossa sociedade se torna cada vez mais complexa e diferenciada, crescem as possibilidades mas também as dificuldades para a autodeterminação do indivíduo. Em vez das poucas classes e forças sociais de antes, agora uma multiplicação de atores e uma variedade de sistemas de valores e

crenças ampliam o leque de possibilidades. Ao mesmo tempo, porém, essa pluralização dos referentes normativos e a concorrência entre esquemas interpretativos dificultam a elaboração de um marco de referências coletivas. Uma vez despojado de suas ancoragens na tradição, o homem se vê em dificuldades para se apropriar de sua condição histórica. Daí que muitos indivíduos vivenciem a construção de si mesmos e a busca de um Eu autêntico como uma pressão angustiante.

O processo de individualização, que na Europa avançou lentamente, compensado pela persistência de fortes laços comunitários durante longo tempo, adquiriu entre nós uma velocidade dramática. As políticas neoliberais aceleraram a individualização no âmbito econômico, entregando ao indivíduo a responsabilidade de decidir seu futuro por sua própria conta e risco. Ora em diante, cada pessoa é livre para escolher sua situação em termos de previdência social, seguro de saúde e educação dos filhos. Essa "liberdade de escolha" amplia as opções para muitos indivíduos, ao mesmo tempo que significa para muitos outros a perda da proteção que o Estado oferecia em face das incertezas e infortúnios da vida. Nestes últimos casos, a insegurança existencial compele as pessoas a refugiar-se na família.

A grande desigualdade das oportunidades de individualização pode ser observada no débil sentido de eficiência pessoal. Muitos indivíduos percebem que o rumo de suas vidas depende mais de circunstâncias externas que das decisões próprias. Os de baixo estrato socioeconômico, em especial, vivem a realidade social como um processo aparentemente todo-poderoso, que atropela a quem não saiba adaptar-se. Se, ademais, carecem de laços sociais em que se apoiar, não lhes resta senão recolher-se ao mundo privado. Nesse contexto, tende a produzir-se uma individualização a-social. Seria ilustrativa de um "individualismo negativo" a palavra de ordem "indo bem as coisas em casa, o que se passa no país pouco importa". Sublinhe-se que tal "privatização" não é um assunto privado: subtrai densidade ao tecido social e, de resto, dilui a imagem de sociedade que as pessoas formam.

### *Uma sociedade de mercado*

A expansão do mercado é mais que uma política econômica. Transformá-lo no princípio organizativo da vida social implica um projeto cultural, na medida em que se propõe uma mudança deliberada das práticas e representações da convivência. O mercado fomenta uma "individualização" da responsabilidade e uma flexibilização do vínculo social que modificam nossas formas de "viver juntos". A "liberdade de escolha" do consumidor não se restringe à escolha de bens e serviços: encontra-se incorporada em um novo imaginário coletivo. Essa imagem do indivíduo-consumidor justifica não apenas nossa conduta no supermercado, mas também a liberdade de escolher nossa religião ou nossos hábitos sexuais. Para além das relações trabalhistas, a flexibilidade dos laços sociais se irradia sobre as relações

afetivas de parentesco ou o caráter do pertencimento associativo. Assim, o imaginário do mercado e do consumo reforça a auto-imagem do indivíduo autônomo, ao mesmo tempo que relativiza a autoridade normativa religiosa e o papel da educação escolar na conformação e transmissão de um acervo cultural compartilhado.

Um correlato desse processo é o redimensionamento do Estado nacional, cujo impacto provém do caráter político que teve a cultura nos principais países latino-americanos. Desde a independência, os Estados buscam conformar uma identidade nacional mediante a sacralização de uma história oficial e a canonização de uma cultura nacional. Modelam assim as tradições e memórias coletivas que contribuem não só para unificar o povo (como princípio de legitimidade política), mas também para incorporá-lo (enquanto "plebe") ao sistema de dominação. O senso de pertencimento é reforçado posteriormente pela expansão da educação e de outras políticas públicas ao longo do século XX. Esse papel pioneiro do Estado se manifesta, especialmente no Chile, no imaginário "estaticêntrico" da sociedade.

As reformas neoliberais do Estado terão pois conseqüências diretas sobre a produção cultural. De um lado, o papel gerencial atribuído ao Estado tende a escamotear sua função de representação simbólica da ordem social. O Estado deixa de simbolizar o duradouro, o que existia antes de nascermos e que existirá depois de nossa morte. De outro, a reestruturação econômica diminui a presença do Estado, por via dos serviços públicos, na vida cotidiana do cidadão. O velho imaginário "estatista" perde suas ancoragens concretas. Não obstante, mantém-se uma espécie de nostalgia da proteção estatal.

### *Uma cultura de consumo*

A "sociedade do trabalho" parece ceder seu primado a uma "sociedade de consumo". O trabalho evidentemente não desaparece, mas muda de significado no interior de um imaginário social centrado no consumo. Também as desigualdades se dão em — e são exacerbadas por — uma cultura de consumo. Em geral, os pobres não vivem uma cultura à parte dos ricos. Por mais material que seja a pobreza, ela não é um dado objetivo, mas uma situação definida pela sociedade. Por conseguinte, torna-se decisivo o marco cultural em que se dá nome à pobreza. Por meio da televisão, da publicidade e outros dispositivos, incluindo a vivência da grande cidade, a cultura do consumo influi de maneira determinante sobre o modo como as pessoas, e em especial os próprios pobres, definem o que significa "ser pobre".

Dado o impacto que tem o consumo sobre os estilos de convivência, convém detalhar os diversos efeitos. A característica mais notória radica na passagem da ação coletiva, própria ao mundo produtivo, à estratégia

individual, típica do consumo. Agora, o importante seria o êxito individual, segundo a definição pessoal que cada qual lhe dê. Em face dessa auto-referência, é inelutável que a identidade individual prevaleça sobre a coletiva. Consumir é um ato social que simboliza identificação e diferenciação em relação aos outros. Conforma pois identidades, mas de um modo transitório e aproximado, sem a densidade das antigas identidades de classe. A isso se agrega a flexibilização da regulação do trabalho. A desregulação implica que a proteção do trabalho enquanto bem público passe a um plano secundário em relação à liberdade do consumidor. Diante dessa "liberdade de escolha", conta mais a sedução exercida pelos bens que a seguridade legal do trabalhador. E isso alude ao fato de que hoje em dia os imaginários sociais se nutrem mais da publicidade que da experiência laboral. Ao passo que o trabalho produz um mundo objetivado, cindido (alienado) da subjetividade do trabalhador, o consumo, ao contrário, possibilitaria reproduzir o mundo do desejo e do prazer.

Além disso, o imaginário do consumo acentua a erosão dos "mapas cognitivos" dos indivíduos. O consumo modifica o horizonte espacial. Na sociedade industrial o trabalhador está ligado a um lugar relativamente fixo e, portanto, inserido em relações sociais duradouras. Há um espaço físico e social para cultivar laços de solidariedade. Essa ancoragem local propicia experiências coletivas. Já o consumidor está imerso no fluxo de bens — nacionais e importados —, que não estão limitados por sua situação territorial. O horizonte espacial se amplia ao tempo que se dilui o horizonte temporal. O consumo introduz ainda uma outra temporalidade. Enquanto o trabalho requer uma planificação do tempo em relação à meta projetada, o consumo vive para o instante. As gratificações em longo prazo são substituídas pela satisfação instantânea do desejo. Predomina o afã de uma vivência direta e imediata. O consumo contribui pois para a aceleração do tempo e para um crescente "presentismo", dificultando assim processos de aprendizagem e maturação. Por fim, haveria uma tendência a substituir a ética pela estética. A conduta social já não se orientaria tanto por uma "ética do trabalho" (que valoriza a vocação, a autodisciplina e a gratificação em longo prazo) como por critérios estéticos. A possibilidade de valorizar as pessoas (a aparência) e os objetos (a forma) enseja uma estetização generalizada da vida cotidiana. Isso tem um efeito ambíguo: a estética amplia a auto-representação do Eu, mas tende a contradizer a autenticidade proclamada pela individualização.

#### *A midiatisação da comunicação social*

As novas tecnologias de informação e a proeminência do mundo audiovisual constituem outro fator de mudança dos mapas cognitivos com que os indivíduos classificam e ordenam a realidade social. Basta pensar na centralidade da televisão na vida cotidiana. Por um lado, há uma expansão

virtual do espaço que multiplica as possibilidades da comunicação a distância. As novas modalidades de comunicação modificam não só as pautas de sociabilidade, mas também a noção de espaço público. Por outro, ocorre uma fragmentação do tempo social. A história se desfaz em uma sequência de episódios auto-suficientes. A multiplicidade de códigos interpretativos e a velocidade com que circulam informações e símbolos aceleram a obsolescência das experiências passadas e instauram uma espécie de presente autista — sequência de atos sem relação histórica entre si.

Nesse contexto se propaga uma desmaterialização da realidade social. Essa pode ser uma tendência menos visível que as anteriores, mas seus efeitos sobre a cultura são notórios. Um exemplo ilustrativo provém de uma esfera que foi o campo da produção material por excelência: a economia. Essa materialidade passa a um segundo plano com a proeminência de um valor intangível como o é a marca. Sabe-se que muitas grandes empresas (como Coca-Cola, Nike ou Disney) se dedicam a "fabricar" e comercializar, mais que bens materiais, uma imagem de marca. Muito embora nas fábricas se produzam objetos "reais", na rua reinam as promessas e imagens da vida "ideal". O trabalho é relegado a uma função secundária, ao mesmo tempo que o consumo de estilos de vida e de sonhos vai gerando uma estranha "leveza do ser". Daqui nasce a estreita relação (mediante patrocínios e apoios) entre o mundo empresarial e o cultural. Na mesma direção apontam outras mudanças do processo econômico, como certa "virtualização" do dinheiro por meio das transferências eletrônicas. A expansão do "dinheiro virtual" indica o maior grau de absorção que passam a ter as relações sociais.

Em meio à midiatização da comunicação social, começa a prevalecer uma "cultura da imagem". Em parte, a centralidade da imagem restringe a proeminência anterior da palavra, alterando o tipo de diálogos sociais e de argumentos próprio à deliberação cidadã. Em parte, gera obstáculos à construção social da realidade. As possibilidades de produzir uma realidade virtual tendem a diluir o limite entre o real e o imaginário. Na "construção visual da realidade" — para dizer com Jesús Martin-Barbero — vem a dissolver-se o "sentido comum", relativamente compartilhado e duradouro no tempo, que está condensado no real. E na medida em que a significação do real se torna mais volúvel (ou seja, sujeita à interpretação pessoal que cada qual possa dar-lhe) a realidade seria menos social.

Resumindo minha primeira tese, sustento que nos encontramos em meio a profundas mudanças culturais. Sublinho duas tendências. Por uma parte, mudaram as experiências cotidianas da convivência social, na qual tendem a se estabelecer relações mais flexíveis. Dessa forma, a trama social se torna mais tênue e frágil. Por outra parte, mudaram as representações da sociedade. Parece mais difícil conceber a vida social em sua totalidade. Sem esse marco de referência, também fica mais difícil sentir-se parte de um sujeito coletivo. Como assinalou Zygmunt Bauman, a ampliação da liberdade individual tende a coincidir com a ampliação da impotência coletiva.

## Sinais de desafeição

A segunda afirmação do meu argumento sustém que as pessoas encontram dificuldades em dar inteligibilidade às transformações culturais e sentido a seu modo de vida. Reina a perplexidade e se multiplicam os indícios de uma desvinculação emocional. Minha interpretação se apoia na pesquisa nacional realizada em 2001 para o informe sobre *Desenvolvimento humano no Chile- 2002* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Embora não devamos supervalorizar as pesquisas, seus resultados nos ajudam a detectar certas tendências. Chama a atenção que o desenvolvimento do Chile, país com um crescimento econômico constante e uma sólida estabilidade institucional, suscite uma frágil identificação. Os dados sugerem que uma parcela significativa de chilenos não terá se apropriado dos avanços logrados como algo seu.

Um primeiro sinal de desafeição concerne à economia. De acordo com a pesquisa, metade dos entrevistados se percebe como "perdedor" com respeito ao sistema econômico. Vale dizer: apesar dos avanços no bem-estar social durante a última década, muitos chilenos não estariam sentindo esse progresso como algo próprio. Não que ignorem os avanços: a maioria declara estar em situação melhor que a de seus pais e acredita que seguirá melhorando no futuro. O que significaria pois essa "perda"? A autopercepção como "perdedor" não é mero reflexo de uma determinada situação econômica: representa uma construção social. As pessoas não avaliam o sistema econômico (nem o político) segundo um simples cálculo de custo-benefício. Intervêm múltiplos fatores, e entre eles os afetos.

A difusa imagem de "perdedor" tem a ver com sentimentos negativos. É saliente o grau de insegurança econômica que sentem as pessoas. Sete em cada dez entrevistados manifestam insegurança, descontentamento ou perda com respeito ao sistema econômico. Esses sentimentos são compartilhados por pessoas de diversos estratos sociais: independentemente do nível socioeconômico das pessoas, faltaria uma identificação emocional. Apesar da substantiva melhora em seus níveis de vida, os chilenos se mostram pouco orgulhosos e contentes com o desempenho econômico do país.

O distanciamento parece referir-se ao país em geral. A maioria das pessoas sente que "é mais o que se perdeu" do que o que se ganhou com o desenvolvimento do Chile. No entanto, e uma vez mais, o que se terá perdido? Os dados não permitem uma resposta unívoca. Suponho que a percepção nasça das vivências subjetivas: dos medos e das ilusões que perpassam sua vida cotidiana. A sensação de estar perdendo pode refletir o desconcerto próprio a todo processo de mudança, quando se sofrem na pele as perdas sem vislumbrar os benefícios futuros. Indicaria que muitas pessoas sentem que os sacrifícios realizados não se justificariam. Provavelmente intervenha uma sensação de desorientação. O mundo atual lhes parece muito menos inteligível que o de seus pais. E a ausência de referentes claros



pode aguçar os sentimentos de impotência. Em face de um sistema que parece funcionar à perfeição, nasce a suspeita de haver ficado à margem.

A falta de identificação com o desenvolvimento do país é ratificada pela visão crítica acerca das mudanças em curso. A despeito dos positivos índices socioeconômicos do Chile, somente 14% dos entrevistados afirmam que "as mudanças têm uma direção clara". Ou seja, uma década de desenvolvimento sustentado não terá gerado uma perspectiva de futuro. Um terço deles considera que as mudanças da sociedade chilena não têm rumo e carecem de bússola. E, mais surpreendente ainda, metade declara que "apesar dessas mudanças as coisas continuam iguais".

O que teria mudado e continuado igual? Os governos da Concertación [coalizão de partidos de centro-esquerda formada após a ditadura] asseguraram conquistas cruciais, como a democracia e um maior bem-estar. Não há dúvida de que levaram a cabo uma transformação de envergadura. Mas pode não ter variado a vivência subjetiva das pessoas. Dizer que "as coisas continuam iguais" insinua que as mudanças não lograram ter significação na vida cotidiana das pessoas. Elas não lhes fariam sentido porque a transição democrática não terá inaugurado uma distinta experiência subjetiva. Tal sensação pode corresponder a expectativas frustradas acerca do bem-estar econômico ou a uma desilusão quanto a uma mudança no modo de vida.

Esses indícios dão ensejo a uma tese forte. A meu juízo, a restauração da democracia no Chile não terá sabido produzir chaves interpretativas que conferissem inteligibilidade às mudanças empreendidas. Dito de outra forma: a transição não terá sabido "contar uma história do Chile" — um relato que ajudasse as pessoas a visualizar sua biografia pessoal como parte de uma trajetória histórica. Faz parte do processo democrático elaborar, não o sentido da vida individual, mas os códigos de interpretação e significação que permitam ao cidadão compartilhar suas experiências com os demais e, em conjunto, produzir um "sentido comum". Atrevo-me a dar um passo a mais e afirmar o seguinte nexos: as dificuldades encontradas pelo cidadão comum para visualizar as mudanças como algo seu radicariam nas dificuldades de perceber-se como parte de um sujeito coletivo. Como se viu, somente uma parte dos chilenos sente que são eles — por meio da democracia — os que governam o rumo do país. E essa tendência a não se reconhecer" em um "Nós" cidadão restringe o arraigamento da democracia chilena.

### **A debilidade dos imaginários coletivos**

Meu terceiro argumento sustém que as dificuldades para assumir o processo social como algo "nosso" estariam associadas às debilidades do Nós para ser sujeito do desenvolvimento. Formulada em termos positivos, essa suposição tem uma dupla face. Por um lado, as pessoas precisam de um imaginário do Nós para chegar a experimentar os processos de mudança

como fruto de sua própria ação. Por outro, criam e recriam tal imaginário coletivo a partir de suas experiências concretas de convivência. Adiante apresentarei alguns indícios sobre as dificuldades de configurar uma imagem forte do Nós.

Parto da seguinte premissa: toda sociedade reconhece a si mesma por meio de um imaginário social. De acordo com Castoriadis, é mediante essa instância projetada para fora de si que a sociedade se constitui enquanto ordem coletiva. Tal imaginário-síntese da sociedade é encarnado por diversas formas de "comunidades imaginadas", entre as quais o Estado e a nação. Estas não só abarcam formas materiais, mas representam igualmente formas simbólicas do Nós — cristalizam o pertencimento do indivíduo a uma comunidade. Portanto, os imaginários coletivos fazem parte da realidade social tanto quanto o desemprego ou a qualidade do ensino. Melhor dizendo, essas experiências concretas são inseparáveis das idéias e imagens que fazem as pessoas acerca da ordem social.

Parece então que assistimos a um enfraquecimento geral dos imaginários sociais. A precária experiência de sociedade manifesta naqueles sinais de desafeição parece associada a um débil imaginário do Nós. Os estudos quantitativos e qualitativos sugerem um esvaziamento do nacional e uma notória precariedade do imaginário democrático.

### *Nós os chilenos*

Vejam os primeiro a estranha leveza do Nós que se manifesta num certo desvanecimento do "chileno". Seis em cada dez entrevistados declaram que seria difícil dizer o que é o chileno ou que não sabem o que falar dele. Quer dizer: uma maioria não sentiria uma vinculação afetiva com o nacional. Isso não implica que essas pessoas deixem de "vestir a camisa" do Chile. Mas essa identificação opera acima de tudo por oposição ao "estrangeiro", de modo que o "chileno" parece ser uma referência bastante vazia de conteúdos. Até mesmo os ícones da "chilenidade" (bandeira e hino nacionais, heróis patrióticos e história oficial) conservam uma vigência limitada como traços de identidade.

O enfraquecimento da "identidade nacional" prende-se a vários fatores, dos quais destaco dois. Em primeiro lugar, a precariedade da memória coletiva. Para esquecermos as dores do passado, não falamos das cisões impostas pela ditadura. Por isso mesmo, tampouco podemos assumir os danos sofridos pela idéia do Chile como "casa comum". O retorno à democracia restabeleceu certo consenso básico, mas não um imaginário do "nós os chilenos". É possível afirmar que o medo do conflito inibiu a regeneração do Nós. De fato, dois terços dos entrevistados opinam que no Chile "o que nos separa é mais" do que "o que nos une". Por certo, todas as sociedades temem reviver o desmoronamento da comunidade nacional, e sua reconstrução só pode ser um trabalho de gerações. Dessa forma, não

poderemos recorrer à imagem do Nós nacional por um bom tempo, salvo em oposição aos Outros estrangeiros.

Em segundo lugar, o perfil do "chileno" se desfigura porque perde sua ancoragem na experiência cotidiana de muitos chilenos. Uma cotidianidade marcada por desigualdades sociais, e portanto por experiências muito diferentes, solapa a figura de um Nós. Não é casual que sejam as pessoas dos estratos sociais extremos as que menos apreciam o "chileno". Ademais, as visões estão condicionadas pela maneira como a população avalia as mudanças no país. Aqueles mais céticos quanto ao "chileno" são justamente os que menos se identificam com as mudanças. Na verdade, os que se sentem abandonados e impotentes, que carecem de vínculos sociais e de horizontes de futuro, não teriam motivo para sentir-se parte de uma nação. Mas vale igualmente a relação inversa: um imaginário desbotado do "nós os chilenos" inibe a construção de laços de confiança e cooperação na lida diária da população.

### *Nós os cidadãos*

Tão importante quanto o enfraquecimento do "nós os chilenos" é aquele do "nós os cidadãos". Comparado com o orgulho que outrora manifestavam os chilenos por sua democracia, esse segundo imaginário do Nós aparece debilitado. Uma transição bem-sucedida restaurou o bom funcionamento das instituições e dos procedimentos democráticos. Mas essa não é uma condição suficiente. É necessário, além disso, que os princípios que legitimam a "comunidade de cidadãos" tenham certo arraigamento na convivência diária das pessoas. No entanto, observam-se importantes lacunas.

Um indício desse enfraquecimento é oferecido pela participação cidadã, que se encontra restringida não só por uma retração eleitoral, mas também por uma desafeição política. Analogamente à retirada da vida social, há uma retração da vida política. Um em cada quatro entrevistados afirma que "cada um tem de se arranjar como pode porque a política não serve para nada". Mais grave que esse franco repúdio pode ser a débil vivência da democracia no cotidiano. Nada menos que sete em cada dez entrevistados declaram que se deve "evitar os conflitos para que as coisas não pioressem". Vale dizer: haveria um forte medo do conflito. Essa tendência indica não só que as pessoas não estariam confiando em sua capacidade de administrar conflitos, mas sobretudo que o imaginário da democracia como uma forma institucionalizada de conduzir conflitos ocuparia um lugar secundário.

Outro indício da debilidade do Nós cidadão é a limitada adesão suscitada pelo regime democrático. Nem sequer metade dos chilenos entrevistados sustem que se trata de um regime preferível a qualquer outro. E quase um terço se declara indiferente ao regime político do país. Os valores

da democracia — desde a soberania popular até o respeito pelas minorias — não representariam pois um "núcleo duro" compartilhado por todos os cidadãos. Esse dado é tanto mais saliente porquanto o governo gozaria de uma sólida aprovação. Ou seja, não se trata do contágio — tão freqüente na região — da má avaliação do governo sobre a legitimidade do regime.

Um terceiro indício significativo reside na má imagem que fazem da democracia muitos chilenos. A metade dos entrevistados imagina a democracia seja como "um jogo de azar em que muitos jogam e poucos ganham", seja como "um supermercado onde cada um apanha o que necessita". Os que exibem essa visão elitista e consumista não estariam identificando a democracia com um Nós. Ao contrário, seu imaginário político lhes inibe a participação em um exercício coletivo de cidadania. Apenas metade dos cidadãos vê a democracia como uma forma de ação coletiva. No fundo, somente estes se percebem como parte de um Nós capaz de incidir sobre o rumo do país.

Depreende-se desse quadro que o imaginário da democracia teria um limitado arraigamento afetivo. Muitos definitivamente não se percebem como cidadãos livres para escolher seu destino. Entre sua experiência subjetiva nas lidas diárias e a democracia abre-se uma brecha que parece ir além da distância inevitável e habitual. Essa brecha remete à dupla face da tese aqui proposta. Do ponto de vista do processo democrático, indica suas dificuldades de afiançar um imaginário coletivo que institua o cidadão como sujeito coletivo das mudanças. Da perspectiva do cidadão, indica que este não estaria encontrando na democracia um "sentido comum" que lhe ajudasse a viver as mudanças sociais como algo significativo para si e como uma experiência compartilhável.

Essa tendência pode iluminar a degradação da democracia que hoje se observa na região. Sua qualidade precária pode expressar não só (não tanto) um mau funcionamento institucional quanto sua inoperância como um imaginário coletivo no qual a sociedade pudesse se reconhecer. É bem possível porém que a débil imagem da democracia não seja senão a contraparte de outro imaginário: o da sociedade como uma espécie de "ordem natural" subtraída à vontade política. Parece, com efeito, que a idéia de uma sociedade-mercado como ordem auto-regulada tornou-se o imaginário hegemônico. Daí que a figura do cidadão-consumidor que avalia as ofertas existentes e faz suas escolhas possa representar um espelho verossímil.

## **A política como trabalho cultural**

Que conclusões se depreendem dos processos assinalados com relação à política? Vimos como as mudanças culturais estão modificando as experiências cotidianas e os imaginários coletivos dos chilenos. Isso nos obriga a revisar os esquemas com que interpretamos a realidade social. A conformação de tais códigos interpretativos é um processo complexo,

no qual intervém, junto com outros elementos, a política. Mas a política em um aspecto específico. Nesta seção conclusiva quero chamar a atenção para a dimensão cultural da política. Ela remete a um fenômeno distinto da "cultura política" (opiniões, atitudes e preferências referidas à política) bem como da "política cultural" em sentido estrito (políticas públicas voltadas à cultura de modo geral). A dimensão política alude ao caráter político da convivência social. Não concerne ao sistema político, mas à constituição do social.

A dimensão cultural da política faz referência à experiência subjetiva do Nós, à nossa capacidade de organizar as formas sob as quais queremos conviver. Tarefa hoje tanto mais premente porquanto já não podemos conceber a "sociedade" como um âmbito dado de antemão. Não que ela não exista, mas é que deixou de ser uma "estrutura" auto-evidente, representada por uma "superestrutura" política. Segue existindo uma ordem que delimita inclusão e exclusão, mas não há como fixar um princípio único que englobe a vida social em sua totalidade. As pessoas estão desafiadas a reformular o que significa viver juntas sob as novas condições. E também cumpre à instância política definir o "sentido comum" que integra a pluralidade de interesses e opiniões.

A seguir, bosquejarei a dimensão cultural que teria a luta política atual. Refiro-me não ao embate entre posições programáticas, mas às coordenadas que demarcam o campo político. É a luta cultural em torno da definição desse campo que estabelece as condições do processo democrático. A meu juízo, a qualidade da democracia depende de, ao menos, quatro "frentes de batalha", por assim dizer.

### *Combater a naturalização do social*

Uma característica saliente da nossa época é a "naturalização" do social. Analogamente à natureza, a sociedade obedeceria a "leis naturais" que os homens podem conhecer, mas não modificar. O fenômeno corresponde à dupla face da secularização: ao mesmo tempo que o sagrado é interiorizado, a sociedade se vê forçada a restituir uma instância para além dela, subtraída à discussão cidadã. Nesse caso, o social adquire o halo de um "sistema" objetivo e abstrato que se desenvolve de acordo com uma lógica específica. Segundo essa imagem, as pessoas podem aproveitar tal "lógica de sistema" conforme sua racionalidade instrumental, mas não podem submetê-la às suas necessidades e desejos. Por assim dizer, podem usar a lógica do mercado como quem se adapta ao sol e à chuva, sem poder modificar o rumo das nuvens.

A conformação de tais sistemas funcionais (economia, política etc.) é um processo próprio à diferenciação da sociedade moderna. Seu bom funcionamento, com cada sistema auto-regulado conforme sua lógica específica, é uma necessidade da vida social. Mas em virtude desse caráter auto-

referencial os sistemas freqüentemente se tornam um mundo alienado e hostil ao homem. Sendo essa alienação um processo inevitável em sua existência, pode ser limitada em seu alcance. Reconhecer a racionalidade específica dos sistemas torna-se indispensável, mas leva à "naturalização" se reduz a convivência a seus imperativos. O trabalho cultural da política consiste precisamente em pôr limites às exigências funcionais.

Esses limites provêm da outra dimensão da vida social: a subjetividade. É dúbio afirmar que a sociedade se desenvolve por meio da tensão entre sistemas funcionais e subjetividade social. Mais exatamente, a sustentabilidade do desenvolvimento supõe uma complementaridade entre a integração sistêmica e a integração social. Ambas são constitutivas do desenvolvimento. Enquanto os mecanismos sistêmicos asseguram a coordenação das lógicas funcionais e a assimilação das condutas individuais, a integração social propicia os acordos normativos que regulam a convivência e lhe outorgam sentido. E é tarefa da política contribuir para gerar esses acordos normativos que põem limites ao avanço dos sistemas.

Um âmbito relevante da subjetividade, talvez o principal, radica nos desejos das pessoas de "ser sujeito". Esse desejo de "subjetivação", pilar da modernidade, já foi esmiuçado em sua complexidade (Marx, Freud, Nietzsche), e não é o caso de revisar seu papel como força motriz do desenvolvimento humano. Interessa-me aqui apenas assinalar que a subjetivação e a institucionalização dos sistemas funcionais são processos imbricados. A luta pela autonomia individual tem as instituições como marco obrigatório — um marco institucional que oferece oportunidades e põe restrições a essa autonomia. Tais são a ambigüidade de fundo e o contexto em meio aos quais opera a dimensão cultural da política. Nesse caso, ela concerne à tensão que vincula a luta prática por ser sujeito com o imaginário que cristaliza o significado atribuído a essa prática. Conforme o enfoque de Franz Hinkelammert, a experiência sempre restrita da liberdade no marco das instituições é que leva a conceber a plenitude de "ser sujeito" como um conceito-limite. Por sua referência à plenitude, a subjetivação carrega uma carga de utopia que excede à institucionalização possível. A ação cultural da política se dá no processo dialético que entrelaça a impossível plenitude de "ser sujeito" e a subjetivação factível no marco das instituições.

### *Combater a fragmentação social*

As mudanças culturais incrementam a diversidade de atores e fatores que conformam a trama social. A diversidade social representa uma das grandes riquezas do Chile, desde que seja contida por uma ordem. Sem tal "fechamento" (sempre provisório) das dinâmicas sociais, a diversidade tende a desembocar em uma fragmentação. De fato, parece ter-se rompido a "comunidade de experiências" que dava coesão à trama social. Em face da "diversidade dissociada" da sociedade chilena, cabe indagar acerca das

possibilidades de lograr, em um mesmo movimento, fomentar uma pluralidade de interesses e opiniões e circunscrever as forças centrífugas que ela desencadeia.

Desde a época da independência, os países latino-americanos temeram a quebra da "unidade nacional" por parte de uma subjetividade irrefreável (identidades étnicas e afirmações regionais, disputas religiosas e ideológicas). No caso do Chile, a obsessão pela ordem não só dá ensejo à ditadura de Pinochet como trata de evitar as dificuldades da integração social, substituindo-a por uma integração sistêmica. Esse é o objetivo do mercado ampliado, que pretende acima de tudo assegurar a unidade do social por meios não políticos. O mercado oferece, por certo, um potente mecanismo de coordenação social que se caracteriza por não requerer nenhum acordo normativo ou vontade coletiva dos diversos atores. Mas o tipo de integração forçosa estabelecido pela famosa "mão invisível" não implica a construção de um "sentido comum". O mercado não dota de sentido a convivência social. Não reflete as significações de uma ou outra forma de organizar a convivência, nem gera acordos acerca dos princípios e normas que regulam a interação e comunicação social. Ou seja, não incorpora a subjetividade social a seus mecanismos de coordenação. Por isso mesmo, o bom funcionamento do mercado não impede tendências desagregadoras (violência e outras patologias da vida cotidiana). Daí que a expansão neoliberal do mercado possa coexistir com um discurso neopopulista que busca sintonizar-se com as experiências subjetivas de exclusão e desamparo.

Podemos construir uma "casa comum" para a diversidade de atores, valores e hábitos? Na atualidade, os riscos de uma sociedade fragmentada em um arquipélago de ilhas desconexas outorgam uma nova relevância à integração social. Esta não pode ser concebida à maneira tradicional de uma comunidade de valores. Observamos uma crescente diferenciação da subjetividade social. Essa diferenciação amorfa adquire um perfil estruturado mediante os vários conflitos que podem transcorrer entre subjetividade e sistemas funcionais. Menciono dois deles para ilustrar o tipo de tensão que vincula experiência subjetiva e lógica funcional. Um primeiro decorreria da impermeabilidade da institucionalidade democrática à subjetividade dos cidadãos. A democracia afiança a igualdade de todos e a validade universal de seus procedimentos ao preço de expulsar as identidades sociais (religiosas, étnicas, sexuais) do âmbito político. Entretanto, quando parte da subjetividade é relegada ao foro privado os cidadãos vivenciam o paradoxo da democracia: ela depende de pressupostos — acordos normativos e integração social — que somente em parte ela mesma produz. Quer dizer, a eficiência da institucionalidade democrática não assegura a legitimidade da ordem democrática.

Outra clivagem reside no crescimento acelerado da complexidade dos sistemas funcionais, sem que disponhamos, em paralelo, de mais mecanismos para reduzir tal complexidade. Essa defasagem não só diminui nosso controle dos sistemas como aumenta a brecha entre os que possuem e os

que não possuem códigos interpretativos adequados. As dificuldades da integração social radicam, por conseguinte, tanto na crescente diferenciação das crenças e preferências das pessoas como, igualmente, nos próprios sistemas funcionais.

É possível identificar em tais âmbitos, em que as dinâmicas do vínculo social se chocam e se entrelaçam com o desdobramento das diversas "lógicas sistêmicas", o lugar privilegiado que ocupa o Estado. Ele representa, efetivamente, a principal instância não só da coordenação entre os diversos sistemas, mas igualmente da "conversão" dos acordos normativos dos indivíduos às linguagens dos sistemas funcionais. O fato de que as recentes reformas do Estado tenham debilitado essa segunda função de "tradução" não seria alheio às atuais dificuldades de articular a diversidade social.

### *Combater a retração a-social*

Nossa experiência subjetiva se dá sob o signo de uma "sociedade de mercado". Já insisti na centralidade do mercado, do consumo e do interesse privado tanto na autodeterminação e auto-representação do Eu como na conformação das relações sociais. Um dado ilustrativo das novas formas de interação social é fornecido pela pesquisa mencionada páginas atrás: dois terços dos entrevistados concebem suas relações com os demais como competições de corrida em que se trata de chegar à frente ou, ao menos, não ficar para trás. Não há dúvida de que a racionalidade mercantil (competitividade, rentabilidade, eficiência) introduz uma dinâmica inédita na convivência social. Poucas atividades ficam à margem do mercado. Do mesmo modo, a realidade social vem a ser vivenciada por muitas pessoas como uma "máquina" avassaladora que expulsa aqueles que não sabem adaptar-se. Confrontado a essa "lógica social", o indivíduo precisa de uma forte personalidade para poder aproveitar as oportunidades. Nem todos o conseguem, e muitos tratam de sobreviver às mudanças aceleradas refugiando-se no âmbito privado. Para aqueles a quem o mundo carece de significação e provoca profunda desconfiança, a família se torna o principal ou exclusivo âmbito onde buscar um sentido de vida. Desse modo, o vínculo social é esvaziado de conteúdo, ao tempo que a vida familiar tende a colapsar pela sobrecarga de exigências.

Com certa frequência, a retração "privatista" chega a configurar o que os antropólogos denominam "familismo amoral". Trata-se de condutas que se regem pelo lema "o que importa é tão-somente satisfazer as necessidades suas e de sua família". Considerando a amplitude do fenômeno, o Chile parece ser uma "sociedade de dois terços". Dois terços da população logram participar da vida social, por vezes em más condições, ao passo que um terço estaria excluído. Excluído não só (não tanto) do bem-estar econômico e das redes sociais como (sobretudo) de uma comunidade de sentidos. Mais



que um assunto de pobreza material, é um dado cru de nossa cultura. Concerne à nossa maneira de viver juntos.

A tendência à "privatização" sinaliza uma nova relação entre o público e o privado. Poucas mudanças são tão profundas e tão pouco conhecidas. Uma sugestiva aproximação nos dá Albert Hirschman ao supor a existência de movimentos cíclicos em que as pessoas se deslocam de um âmbito ao outro. O atual retiro à atividade privada obedeceria às decepções sofridas pelo cidadão no foro público. Tais desenganos não são raros. Podem provir de ilusões prévias e expectativas desmesuradas acerca da mudança radical que a ação política parecia prometer. Podem ser causados por um compromisso excessivo, subestimando-se os custos (tempo, energia) carreados pela participação nos assuntos públicos. Ou poderá tratar-se da decepção que costuma ocorrer quando se evidencia a incidência inelutavelmente limitada que tal participação pode ter. E há cidadãos que se desiludem porque a lida diária da política tende a ser bem mais "suja" que os ideais "limpos" que lhes motivaram o ingresso na arena política. A mesquinhez da luta pelo poder político justificaria a retirada em busca da felicidade privada. É possível que essas e outras decepções privadas motivem uma retração da ação pública. No entanto, haveria que considerar também a transformação do "público".

Não é fácil sequer esboçar como está mudando o espaço público. Limito-me a assinalar a influência da indústria cultural, em especial a audiovisual. A televisão, sobretudo, redefine os dois critérios habituais: um espaço de acesso livre para todos e a discussão dos assuntos de interesse geral. Embora todas as localidades tenham acesso aos programas televisivos, poder-se-ia objetar que a segmentação dos públicos impede a configuração de um temário compartilhado. Sabemos porém que por meio dos noticiários se conforma uma agenda de temas comuns. Tais programas não só gozam de uma importante teleaudiência nacional; também geram diálogos sobre as matérias exibidas. Haveria pois uma certa transformação do espaço público por meio da televisão, ainda que não isenta de problemas. Um deles diz respeito à frágil incidência do público sobre a definição do "público". O cidadão-espectador apenas participa da elaboração do que seriam os "assuntos de interesse geral". Outro problema reside no caráter da deliberação cidadã sobre tais assuntos. É provável que os diálogos se restrinjam à "gente como a gente" e evitem a confrontação com opiniões diferentes. Seria um espaço público "descafeinado", despojado de qualquer compromisso afetivo.

O papel da televisão exemplifica como as novas tecnologias de informação e comunicação modificam a "lógica política", conferindo um lugar prioritário à dimensão cultural. Em virtude da nova cultura da imagem, o aspecto simbólico e imaginário da política vem a ser a principal mediação com a experiência cotidiana do cidadão. Assim sendo, salta à vista a precariedade das políticas públicas. Raras vezes elas fazem ver seu significado para as lidas diárias do cidadão. Basta recordar o que foi dito aqui sobre a desafeição em relação às mudanças sociais.

O exemplo ilustra ainda a relevância dos meios de comunicação para o bom funcionamento do debate público. Se se trata de fortalecer a individualização, há que assegurar ao indivíduo seus espaços de comunicação social. E para garantir a efetividade dos espaços públicos é preciso — da mesma forma que para o mercado — uma regulação (não estatal). Não basta traçar a defesa do privado e estabelecer os limites do estatal, deixando o público como um âmbito residual. Também o público deve ser defendido e promovido por instituições que auxiliem a potencializar o diálogo social, a fomentar acordos e a dar visibilidade às diferenças e aos dissensos.

### *Combater o "presentismo"*

Por fim, uma breve alusão à luta em torno do tempo. Vários fatores tendem a reforçar o presente como dimensão exclusiva: o imaginário do mercado, a compressão temporal da globalização, a auto-referência dos sistemas e a flexibilização do trabalho. Também a velocidade das imagens e a realidade "ao vivo". Enfim, uma aceleração vertiginosa do ritmo de vida diário tende a comprimir o tempo em uma espécie de "presentismo".

Para o império do presente contribui o desvanecimento do passado. A tradição parece reduzir-se aos museus. Não haveria — para dizer com Johann Metz — uma "cultura da memória" que nos transmitisse as significações contidas na dor dos "perdedores" da história. E essa perda do passado afeta nossa imagem de futuro. Sem memória do sofrimento alheio, tampouco teríamos critérios que orientassem a construção de um futuro diferente. O amanhã seria o progresso cumulativo do atual estado de coisas. Uma teoria da evolução justifica a miséria atual como o custo inevitável de um progresso sem fim, mas ignora que o simples passar do tempo não traz esperanças aos "perdedores" do processo — muito ao contrário. Não radicarão as promessas do tempo futuro na capacidade de interromper a evolução automática do dado?

Em face do "presentismo", é hora de reivindicar o tempo da política: a construção do futuro. É disso que se ocupa a política em sua dimensão cultural. Ela produz tempo ao pôr as coisas em perspectiva. A perspectiva contrabalança a urgência da realidade imediata com a profundidade de tempos largos. Ela ajuda a desacelerar o tempo, restabelecendo sua ancoragem no passado e no futuro. É no interior de um tempo histórico que o presente fica à disposição da ação deliberada dos homens. Mas para nos dotar de uma perspectiva política precisamos, primeiro, tomar distância. Sobretudo, há que se subtrair à fascinação do imediato. Fixar uma perspectiva significa reconstruir sua origem e estabelecer seu ponto de fuga. Somente assim, pondo o presente em perspectiva, se descobrem as alternativas possíveis. E precisamos, segundo, de um ponto de vista. Toda perspectiva se constrói a partir de uma determinada mirada. O ponto de vista estabelece que tipos de objetivos se tornam visíveis e que possibilida-

des ficam descartadas. Tal óptica não é arbitrária: está condicionada pela memória e pela auto-imagem de nós mesmos que ela transmite. A perspectiva — em termos políticos — exige, terceiro, uma intencionalidade dirigida ao futuro. Não é um olhar contemplativo, mas ativo. Traça um horizonte de futuro com a vontade de abrir caminho na direção desejada.

Pôr o Chile em perspectiva — eis a possibilidade de narrar a história desse Nós como uma constelação dos trajetos pelos quais viemos e dos projetos acerca do que queremos vir a ser. Pôr o desenvolvimento do país em perspectiva também abre a possibilidade de demarcar a contingência, onde tudo parece possível e imprevisível. Criar uma perspectiva é recuperar memórias e imaginação. É produzir um tempo histórico em que a fugacidade da vida individual se insira na duração de uma ordem coletiva. É, parece-me, o "contar-nos a história do Chile" que nos permite desvendar o sentido do caminho percorrido e os desafios que ele delinea.

Recebido para publicação em  
20 de fevereiro de 2004.

Sobre Norbert Lechner, ver o  
comentário introdutório ao ar-  
tigo.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 68, março 2004  
pp. 3-21

---



# LUA NOVA

revista de cultura e política

**LUA NOVA** é uma revista quadrimestral publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e orientada para o debate dos aspectos socioculturais e políticos de questões controversas do mundo contemporâneo.

Brasil: Anual R\$ 30,00 • (3 números)

Bianual R\$ 55,00 • (6 números)

Exterior: Anual US\$ 47.00 •

Bianual US\$ 84.00 •

**Dados do Assinante:**

**Pessoa Física •**

**Pessoa Jurídica •**

Nome/Instituição: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_ Fone/Fax: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ \_\_\_\_\_

**Assinatura a partir do número:**

**Formas de pagamento:**

- Depósito em nome do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - Cedec  
Banco do Brasil - Agência: 1199-1 - C/C 30.923-0  
Valor: \_\_\_\_\_ (Favor enviar o comprovante do depósito pelo fax 11.3871.2123)
- Cartão de crédito Visa nº \_\_\_\_\_ Validade \_\_\_\_\_

Envie seu pedido para o endereço abaixo ou acesse: [www.cedec.org.br/assinatu.htm](http://www.cedec.org.br/assinatu.htm)

**Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC**

Rua Airosa Galvão, 64 - Água Branca

05002-070 São Paulo, SP

Fone: (0xx11) 3871-2966; Fax: (0xx11) 3871-2123

E-mail: [luanova@cedec.org.br](mailto:luanova@cedec.org.br)

Homepage: [www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)

